



EDITORIAL

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NA AMAZÔNIA LEGAL
BRASILEIRA: POSSIBILIDADES
E ESTRATÉGIAS EM TEMPOS
DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

EDITORIAL**DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA:
POSSIBILIDADES E ESTRATÉGIAS EM TEMPOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira¹****Edson Trajano Vieira²****Eduardo Winter³****Moacir José dos Santos⁴****Ricardo Ojima⁵****Waldecy Rodrigues⁶**

A Amazônia Legal Brasileira, que compreende cerca de 60% do território nacional, é uma das regiões mais estratégicas para o futuro do país e do planeta. Ela abriga não apenas a maior biodiversidade do mundo, mas também múltiplas formas de vida, saberes e experiências históricas que desafiam os modelos convencionais de desenvolvimento. Neste dossiê, reunimos textos que dialogam com essas complexidades e que, a partir de diferentes enfoques e recortes territoriais, propõem caminhos alternativos para pensar o desenvolvimento regional na Amazônia a partir de uma perspectiva sustentável, enraizada nos territórios e conectada às transformações globais.

1 Editor Sênior da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Doutor em Ciências – Área de Produção (ITA). Pesquisador da Universidade de Taubaté (UNITAU). E-mail: edsonaaqo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9336-4249>

2 Editor-chefe da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Doutor em História Econômica (USP). Docente da Universidade de Taubaté (UNITAU). E-mail: trajano@unitau.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2171-2683>

3 Coordenador da Área Interdisciplinar da CAPES. Doutor em Química Analítica (UNICAMP). Pesquisador do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). E-mail: winter.inpi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0896-9276>

4 Editor Executivo da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Doutor em História (UNESP). Docente da Universidade de Taubaté. Taubaté – SP, Brasil. E-mail: moacir.jsantos@unitau.br. <https://orcid.org/0000-0001-6865-0630>

5 Coordenador da Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da CAPES. Doutor em Demografia (UNICAMP). Pesquisador Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: ricardo.ojima@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-7472-4285>

6 Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos da Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da CAPES. Doutor em Sociologia (UnB). Pesquisador da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: waldecy@uft.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5584-6586>

Sustenta-se a tese que a questão econômica não pode ser dissociada da justiça social e ambiental. Em artigo publicado em 2019⁷ foi proposto a construção de um Índice de Sustentabilidade Espacial (ISE) como ferramenta de diagnóstico e planejamento das políticas públicas no Brasil, com especial foco para a Amazônia Brasileira. Esse índice, que foi aplicado aos municípios da Amazônia Legal, evidenciou de forma clara como as desigualdades socioespaciais ainda são estruturantes: grande parte dos municípios amazônicos apresenta baixos níveis de sustentabilidade espacial, revelando déficits persistentes em infraestrutura, acesso a serviços básicos e condições ambientais adequadas. A sustentabilidade espacial, como argumentado nesse estudo, deve ser compreendida como um indicador de justiça territorial e de coesão regional.

Outro campo de contribuição foi um artigo publicado em 2015⁸ que diz respeito às cadeias produtivas de base sociobiológica, com ênfase nas plantas medicinais. Apesar da biodiversidade única da região, o Brasil segue como importador líquido de produtos com valor agregado nesse setor. Foi analisado como a cadeia das plantas medicinais permanece fragmentada e pouco competitiva, com grandes gargalos regulatórios e ausência de articulação entre os elos produtivos. Defende-se que o fortalecimento dessa cadeia exige mudanças institucionais profundas, políticas públicas de inovação descentralizadas e reconhecimento efetivo dos saberes tradicionais como ativos estratégicos para a bioeconomia nacional. E isto pode ser aplicado a outras cadeias da sociobiodiversidade.

Este dossiê se estrutura a partir dessas preocupações e é composto por artigos que abordam diferentes dimensões do desenvolvimento regional sustentável na Amazônia Legal. Alguns trabalhos analisam a reconfiguração dos sistemas agropecuários amazônicos, a partir de dados censitários recentes, utilizando ferramentas multivariadas para revelar a heterogeneidade produtiva e social no campo. Outros investigam os impactos das mudanças climáticas sobre os territórios tradicionais, com destaque para as comunidades da Baixada Maranhense, os riscos à resiliência agrícola familiar e os desafios impostos pela

7 RODRIGUES, W.; ARAÚJO, A. P.; SOUSA, P. B. de. (2019). Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade Espacial: o caso da Amazônia Legal Brasileira. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 15(5), p. 1–24. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5033>

8 RODRIGUES, W. (2015). Competitividade e mudança institucional na cadeia produtiva de plantas medicinais no Brasil. Revista GEPEC, v. 19, n. 1, p. 5–21. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/1908>



emergência climática à produção orgânica.

Os temas urbanos e institucionais também estão fortemente representados. Há estudos sobre as estratégias de internacionalização dos programas de pós-graduação da Amazônia Legal, sob o olhar da ecologia de saberes, bem como análises críticas da governança do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do ordenamento territorial de florestas públicas não destinadas. A regionalização do turismo, as limitações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCDAM), a gestão da pesca artesanal via contabilidade social, e os arranjos comunitários para certificação do açaí no Bailique também são abordados como expressões da pluralidade de experiências e de estratégias de resistência e adaptação.

A dimensão da justiça ambiental e de gênero surge com força em pesquisas sobre mineração e neoextrativismo, revelando as condições de vida das mulheres em territórios mineradores e o papel da sociobiodiversidade como base para alternativas produtivas em pequenas cidades amazônicas. O dossiê também inclui contribuições metodológicas relevantes, como o uso do Data Envelopment Analysis (DEA) para avaliar a eficiência social dos municípios da Amazônia Legal e a valoração econômica de serviços ecossistêmicos no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Amapá.

As abordagens integradas de saúde territorial e o protagonismo das juventudes quilombolas e indígenas, como evidenciado no estudo sobre o uso do rio Purus como via de acesso à educação em comunidades tradicionais, fecham este conjunto com olhares sensíveis e territorialmente ancorados sobre os direitos, as práticas e os futuros possíveis na região.

Reafirma-se, portanto, que pensar o futuro da Amazônia Legal é também repensar os fundamentos do próprio projeto nacional. As contribuições aqui reunidas alimentam esse debate e apontam para a urgência de uma governança territorial comprometida com a equidade, a sustentabilidade e a valorização da diversidade amazônica, entendendo a Amazônia não como periferia, mas como centro da imaginação política, ecológica e econômica do século XXI.



Ao reunir análises empíricas, metodológicas e conceituais de alta densidade, este dossiê tem potencial para gerar impactos acadêmicos relevantes tanto no campo do desenvolvimento regional quanto nas áreas de planejamento territorial, governança ambiental, economia da sociobiodiversidade e políticas públicas. Os artigos aqui apresentados dialogam com literaturas internacionais e nacionais, trazem dados originais sobre territórios ainda pouco estudados, aplicam metodologias avançadas e, sobretudo, articulam ciência com os desafios reais enfrentados por populações amazônicas.

Esse conjunto de reflexões pode – e deve – ser disseminado não apenas nos meios acadêmicos, mas também entre gestores públicos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, organismos internacionais e instâncias de governança territorial. A diversidade de abordagens aqui reunidas oferece subsídios concretos para a formulação de políticas mais integradas, sensíveis à realidade dos territórios e capazes de romper com a lógica da intervenção exógena e verticalizada. O dossiê pode contribuir, por exemplo, para reorientar planos de desenvolvimento estadual, políticas de financiamento regional, programas de bioeconomia e estratégias de combate às desigualdades regionais, colocando a Amazônia Legal no centro do debate sobre justiça social, sustentabilidade e democracia.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

